



XLVI CONCURSO PARA INGRESSO À CARREIRA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PROVA DISCURSIVA

GRUPO TEMÁTICO IV

CADERNO DE QUESTÕES

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA

Instruções:

- Preencha os campos acima com seu nome assinatura.
- A prova é composta por 4 questões dissertativas.
- Este caderno não deve ser desgrampeado. Nenhuma folha deve ser destacada.
- Ao término da prova este caderno deverá ser entregue ao fiscal.
- Não será permitido ao candidato levar consigo este caderno de questões.

1. No âmbito do Ministério Público do Rio Grande do Sul, a recomendação expedida pelo Corregedor-Geral do Ministério Público pode ser considerada sanção disciplinar? Fundamente sua resposta.

2. Tendo como supedâneo a legislação estatutária do Ministério Público do Rio Grande do Sul, as decisões absolutórias, em sede de procedimento administrativo-disciplinar, são passíveis de recurso pelo Corregedor-Geral do Ministério Público? Fundamente sua resposta.

3. Leia a assertiva abaixo.

A Constituição Federal e o marco regulatório do saneamento básico no Brasil, Lei nº 11.445/2007, autorizam a transferência da *titularidade da prestação do serviço público de saneamento básico*, e não a transferência da *titularidade do serviço*, que é reservada ao Poder Público.

Na sua avaliação, esta assertiva é CORRETA ou INCORRETA? Responda relacionando dispositivo(s) da Lei nº 11.445/2007 com disposição constitucional que alberga o serviço público de saneamento básico e consagra princípios gerais da atividade econômica. Fundamente sua resposta.

4. A Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos é nitidamente voltada à prevenção de danos ambientais, privilegiando a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos – em lugar da responsabilidade solidária –, bem como a inclusão social dos catadores. Partindo dessas duas (2) premissas, especifique, fundamentadamente, duas (2) ações previstas na PNRS de responsabilidade de cada um dos atores adiante mencionados, as quais possam contribuir de forma efetiva para a

erradicação dos lixões a partir de agosto de 2014 (art. 54, da Lei nº 12.305/08/10):

- 1) ações impostas aos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes;
- 2) ações de iniciativa do Poder Público Municipal; e
- 3) ações impostas ao consumidor, relativas ao pós-consumo.